

## PRÁTICA FORENSE PENAL Capítulo I – Inquérito Policial

## 8.º) Procuração ad judicia

NOME SOBRENOME, (nacionalidade), (estado civil), (pro-
fissão), titular da carteira de identidade Registro Geral $$
$n^{\text{o}}$ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o
$n^{\text{o}}$ , domiciliado na cidade de, onde reside na
(rua, número, complemento e bairro), por este instru-
mento particular de mandato, na melhor forma de direito,
nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado
NOME SOBRENOME, (nacionalidade), (estado civil), re-
gularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil,
Secção de $\_\_\_$ , sob o nº $\_\_\_$ , com escritório na (rua,
número, bairro), a quem confere amplos poderes, espe-
cialmente os de cláusula ad judicia e mais poderes es-
peciais para $\_\_\_$ (especificar neste ponto poderes, por
exemplo, quanto à abertura de inquérito, acompanhamento
e defesa de procedimento penal, habilitação para assis-
tência de acusação, apresentação de queixa crime <sup>1</sup> etc)
, podendo em razão disso, produzir provas, fazer alega-
$\ensuremath{\text{\tt c\tilde{o}es}}$ , interpor e arrazoar recursos, receber intimações e
$\verb notificações , \verb praticando  todos e quaisquer atos necess\'a-$
${\tt rios} \ {\tt ao} \ {\tt fiel} \ {\tt desempenho} \ {\tt do} \ {\tt presente} \ {\tt mandato}, \ {\tt assegurando}$
a ampla e irrestrita defesa do acusado, podendo substa-
belecer, com ou sem reservas de iguais poderes.
Local, data.
Assimatuma da sutamanta

<sup>1</sup> No caso de ajuizamento de ação penal privada, os poderes conferidos devem ser expressos detalhadamente, indicando, inclusive, em face de quem a ação deverá ser proposta, recomendando-se que o interessado subscreva com o causídico, a quem os poderes foram outorgados, a peça inaugural.

Assinatura do outorgante